

Izabel Sadalla Grispino *

A população brasileira mostra um baixo nível educacional. Os anos de escolaridade ajudam na deficiência educacional, entretanto, alunos da 7.^a série do ensino fundamental não sabem somar, subtrair, dividir e multiplicar. Não sabem realizar operações, não aprendem, na escola, um aprendizado mais próximo da realidade da vida. A escola continua presa aos métodos tradicionais, de décadas atrás, com dificuldade em contextualizar o conhecimento. A escola ainda não percebeu a diferença entre texto e contexto.

O Instituto Paulo Montenegro, do Ibope, na pesquisa feita pelo Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf), mostra que 24% da população conseguem identificar os números e as quantidades que eles representam, mas têm dificuldades em realizar operações matemáticas simples. 2% não conseguem anotar um telefone ou entender um preço e 23% realizam sem dificuldades todos os cálculos necessários à vida cotidiana, incluindo a interpretação de gráficos, mapas e tabelas; sabem, portanto, calcular direito. Outros 46% têm apenas conhecimentos básicos, conseguem realizar todas as operações, desde que exijam apenas um cálculo.

A pesquisa contou com uma amostragem de duas mil pessoas de 15 a 64 anos, em todo o País. Os entrevistados responderam um questionário de 36 perguntas, que incluíam a soma, o cálculo de porcentagem e a interpretação de gráficos. Como conclusão, os pesquisadores perceberam que poucos brasileiros conseguem trabalhar com números. “Menos de 1 em cada 4 pessoas consegue fazer cálculos necessários ao dia-a-dia”.

Segundo o IBGE, 12% da população brasileira são analfabetos, uma porcentagem alta, principalmente levando-se em conta que a formação é cada vez mais exigida pelo mercado de trabalho. O que se constata é que no ensino fundamental e médio e no Ensino de Jovens e Adultos (Eja), o antigo supletivo, o número de pessoas com mais de 25 anos vem crescendo. Os alunos desses níveis de ensino eram 2,59 milhões em 1999 e chegam hoje a 3,67 milhões. No ensino médio, o total de matrículas, com mais de 25 anos, teve quase 100 mil a mais do que em 1999. Mas, o maior crescimento foi nos supletivos, com praticamente 1 milhão de novos alunos, o que representa 7,7% dos estudantes.

Esses dados foram divulgados em julho de 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Quanto ao ensino superior, mostraram que apenas 7,3% dos brasileiros, acima de 25 anos – idade em que se deveria terminar o ensino superior –, já fizeram faculdade. A maioria ainda está no ensino básico.

Se compararmos nosso País com, por exemplo, a Argentina e o Chile, veremos que esse índice é muito baixo, países que têm de 3 a 4 vezes mais jovens matriculados no ensino superior. A taxa de matrícula no Brasil, entre jovens de 18 a 24 anos, é de 9%.

O maior índice de pessoas com nível superior do Brasil é no Distrito Federal, com 15,9% de formados. Depois vem São Paulo, com 10,4%, e Rio de Janeiro, com 10,3%. A pesquisa do Inep mostra as imensas disparidades regionais. No Maranhão, apenas 2% da população conseguiu terminar uma faculdade. Bahia, Tocantins e Amapá, com 3,3%, representam os mais baixos índices.

A pesquisa mostra, também, problemas no acesso às faculdades, onde 80% das vagas no ensino superior do Brasil estão em instituições particulares. Nos cursos noturnos, entre as 1,6 milhões de vagas existentes, apenas cerca de 300 mil estão em instituições públicas de ensino, revelando a necessidade de ampliá-las.

A educação é o grande instrumento que possibilitará à grande massa inculta da população aspirar um lugar ao sol. O ganho pela educação não seria apenas para essa população, mas para o Brasil, principalmente, por sua imagem projetada no exterior, fator de importância nacional.

A pesquisa divulgada em fins de dezembro de 2004, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com indicadores demográficos e socioeconômicos, feita com base no Censo 2000, registra, como um dos piores indicadores sociais, ao lado de baixo acesso à rede de esgotos e água tratada, a baixa escolaridade da população brasileira.

Esses indicadores foram registrados nas áreas em que a população encolheu ou cresceu demais durante o período da pesquisa, de 1991 a 2000. Essas carências também são

registradas nas cidades onde a população aumentou muito acima da média nacional – 1,69% por ano. Juntos, os dois universos concentravam, em 2000, 40,2 milhões de pessoas, quase um quarto da população brasileira.

Interessante notar, na pesquisa do IBGE, os maiores e os menores aumentos demográficos. Ao longo da última década, enquanto a taxa de crescimento anual da população para o País foi de 1,64%, o município de Buritis, no Estado de Rondônia, atingiu uma marca quase 20 vezes maior: 29,27%. Entre os maiores aumentos demográficos estão outros dois municípios da região Norte: Campo Novo de Rondônia – 23,22% -- e Palmas, capital de Tocantins – 21,42%. O Centro-Oeste é representado por Sapezal – 21,51% -- e Confresa – 20,86% -- ambos em Mato Grosso.

Entre os municípios que mais encolheram entre 1991 e 2000, além de Campos Verdes, em Goiás, com uma taxa de crescimento populacional negativa de menos 7,82%, contraste de Buritis, estão Diamantina D'Oeste (menos 6,93%) e Nova Tebasi (menos 6,70%), no Paraná, Baliza (menos 6,49%), em Goiás, e Serrado do Maranhão (menos 6,17%), no Maranhão.

O IBGE constatou que, de um modo geral, onde há menos gente, há mais problemas. Constatou que os piores indicadores sociais estão onde a população diminuiu.

Que esse quadro delineado possa servir de roteiro à criação de melhores políticas públicas.

*** Supervisora de ensino aposentada.
(Publicado em janeiro/2005)**